

entrelinhas

ano XIX | nº 86 | set/out/nov/dez 2020



Mala Direta
Básica

9912323789/2013-DR/RS
CRPRS



Inovações e desafios da Psicologia

em tempos
de pandemia



Editorial

Chegamos ao final deste ano atípico em que nos deparamos com uma pandemia e novos desafios para a sociedade e para a profissão. Independentemente do contexto de atuação, trabalhadoras/es psicólogas/os se viram obrigadas/os a reinventar suas práticas, inserir novas tecnologias, adotar cuidados com biossegurança em seu dia a dia, realidade também vivenciada pelo CRPRS e Sistema Conselhos de Psicologia. Foi um ano desafiador, em que nos vimos diante do agravamento do desmonte de políticas públicas e violações de direitos. Nesse contexto, a Psicologia precisou reafirmar sua defesa pelos direitos humanos, atuando cotidianamente com base no compromisso social, histórico e político, compreendendo a realidade e intervindo a serviço da vida.

Para a Gestão Frente em Defesa da Psicologia RS, a perspectiva de direitos humanos é transversal a todas as ações propostas ao longo desses anos. Nos últimos meses, isso não foi diferente: trabalhamos com a temática das relações raciais e promovemos debates sobre os 16 dias de ativismo pelo fim as violências contra as mulheres, contribuindo para o fortalecimento de uma Psicologia antirracista e antimachista. E dezembro, além de marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, convidamos também a refletir sobre diferentes perspectivas da profissão na luta pela garantia de direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids e das pessoas com deficiência.

A Psicologia tem como propósito a promoção da vida. Por isso, enfrentar as desigualdades que acirram as violações de direitos no contexto da Covid-19 faz parte do caminho de valorização e fortalecimento de nossa profissão.

Gestão Frente em Defesa da Psicologia RS

Expediente

Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Dalmara Fabro de Oliveira, Maynar Vorga, Ricardo Kreutz e Vinícius Pasqualin

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTB 11602

Estagiária de jornalismo: Laura Pontin de Oliveira

Edição digital e editoração eletrônica: Moglia Comunicação Empresarial

Projeto gráfico: Giornale Comunicação

Ilustrações: Canhotorium

Impressão: Delta Print Editora e Gráfica

Tiragem: 3.750 exemplares
Distribuição gratuita

🌐 crprs.org.br

🐦 twitter.com/crprs

📘 facebook.com/conselhopsicologars

📺 youtube.com/crprs

📷 @conselhopsicologars

Comentários e sugestões:
imprensa@crprs.org.br
(51) 3334.6799



05



CAPA

06



12



16



18



22

SUMÁRIO

05 RELATO DE EXPERIÊNCIA: O que tem lá na rua: protagonismo e informação atravessando as grades

06 REPORTAGEM PRINCIPAL: Inovações e desafios da Psicologia em tempos de pandemia

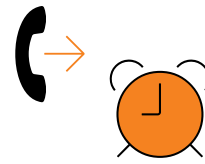
12 ENTREVISTA: Psicologia na Educação: conquistas e retrocessos

16 ARTIGO: Psicologia e Direitos Humanos no Brasil de hoje

18 PSICOLOGIA E PESQUISA: Racismo, Antirracismo e a Pandemia da Covid-19

22 ORIENTAÇÃO: CRPRS lança protocolo de biossegurança específico para avaliação psicológica

CRPRS retoma atendimento por telefone em horários diferenciados



Desde a segunda quinzena de novembro, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) retomou o atendimento por telefone em sua sede (Porto Alegre) e suas subseções (Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas) em horários diferenciados. O atendimento presencial segue suspenso por prazo indeterminado devido à pandemia da Covid-19. Saiba mais em crprs.org.br



Psicólogas/os e assistentes sociais na Educação Básica

O CRPRS, junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/RS), vem realizando diversas ações para tratar da implementação da Lei 13.935/2019, a qual garante a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica do país. O prazo para a regulamentação da lei federal é dezembro de 2020.

Uma das iniciativas foi buscar uma aproximação com as gestões municipais através da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). Além disso, recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou manual com orientações para a regulamentação da Lei. Acompanhe essas e outras ações em crprs.org.br

Anuidade 2021

A anuidade de 2021 não teve reajuste, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Psicólogas/os receberão em janeiro, pelos Correios, duas opções de boletos para pagamento. Aqueles que optaram pelo recebimento dos boletos por e-mail não receberão a fatura pelos Correios.

→ 1ª opção:

Boleto com vencimento em 31/03 para pagamento em cota única (R\$ 543,25), com opção de pagamento até 31/01 com 10% de desconto (R\$ 488,92) ou até 28/02 com 5% de desconto (R\$ 516,09).

→ 2ª opção:

Boleto com vencimento em 31/01 para pagamento da primeira parcela (R\$ 108,65), de um total de cinco no mesmo valor, caso opte pelo parcelamento.

Dúvidas?

Entre em contato com o CRPRS pelo email fiqueemdia@crprs.org.br ou pelo telefone (51) 3334.6799, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h30.

O que tem lá na rua:

A pandemia do novo coronavírus ocasionou uma série de modificações no cotidiano de milhares de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro. Medidas emergenciais foram decretadas visando conter a disseminação do vírus em ambientes que, historicamente, em sua maioria, são insalubres, com pouca ventilação e apresentam superlotação.

Isso ocasionou suspensões, por tempo indeterminado, de visitas presenciais, aulas, cultos, oficinas multidisciplinares e atividades coletivas. E, com o passar do tempo, essas determinações – sob aspectos diversos – se mostraram danosas às pessoas privadas de liberdade. A ausência de contato com os familiares provocada pela proibição da visitação dificultou o acesso às informações seguras e confiáveis, o que favoreceu, por corolário, a disseminação de *fake news* nos ambientes prisionais. Da mesma forma, a suspensão das atividades coletivas acarretou, em alguns casos, ociosidade e angústia nos presos.

protagonismo e informação atravessando as grades

Percebeu-se a necessidade de garantir aos reclusos o acesso às informações pertinentes da atualidade, abordando temas relacionados à saúde, à política, ao esporte e a assuntos gerais, assim como pautas atemporais, que por vezes não circulam entre os apenados através das mídias tradicionais.

E foi em razão dessa excepcionalidade, ocasionada pela situação de pandemia global, que surgiu o informativo “Notícias Lá da Rua”, inicialmente destinado exclusivamente às pessoas privadas de liberdade em Júlio de Castilhos. Idealizado e impulsionado por um grupo de voluntárias – estudantes e profissionais da cidade de Santa Maria – e pelo psicólogo e administrador do Presídio Estadual de Júlio de Castilhos/RS (PEJULI), Gabriel Marcelo Moresco, o noticiário nasceu para fomentar a circulação de fatos confiáveis acerca da pandemia, compelir a leitura e o debate crítico sobre os temas que afetam a sociedade, proporcionar e estimular a ressocialização dos cidadãos e cidadãs privados de liberdade e promover o acesso pleno às fontes da cultura nacional.

Com o propósito de legitimar o protagonismo dos apenados na estruturação de cada nova edição, criou-se o “Espaço do Leitor”, no qual se encontram diversas expressões textuais e artísticas desenvolvidas pelos próprios reclusos, por meio de mensagens, letras de músicas, poesias e ilustrações. O informativo possui também o “Espaço do Convidado”, composto por pessoas da comunidade, autoridades e artistas locais, no qual são desenvolvidos textos e mensagens endereçados aos apenados. Isso faz com que esses possam experimentar, em um momento excepcional de distanciamento social, a aproximação entre sociedade civil e ambiente prisional, reduzindo, por sua vez, a dispersão histórica operada entre essas camadas sociais.

Ainda, a partir da sugestão dos próprios leitores, criou-se a seção de “Entretenimento Interativo”, com piadas, caça-palavras e cruzadinhas. E, dessa forma, o informativo é construído coletivamente, articulando as diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, atento às demandas dos leitores.





A partir do alcance das onze edições compartilhadas no sistema prisional gaúcho, o projeto está passando por fase de ampliação com apoio direto de Susepe e Seapen - já circula em dezoito presídios do Estado e busca-se que o mesmo seja estendido para além do período de crise sanitária atual. Vislumbra-se, portanto, novas pautas e ações voltadas à cidadania e à consciência social no âmbito do sistema prisional.

Desse modo, é inequívoco que o projeto “Notícias Lá da Rua” tem gerado aspectos positivos em favor da população carcerária do estado do Rio Grande do Sul, fato este que potencializa a cidadania e a dignidade humana dos cidadãos privados de liberdade, envolvendo-os na construção de um futuro próspero e esperançoso.

CAROLINE BRONDANI CAMPOS

Advogada e integrante do projeto Notícias Lá da Rua

GABRIEL MARCELO MORESCO

Psicólogo, diretor do presídio e integrante do projeto Notícias Lá da Rua

MATHEUS QUARTIERI SIMÕES PIRES

Estudante de Direito da FAMES/SM e integrante do projeto Notícias Lá da Rua

PARTICIPE! Quer compartilhar sua experiência como psicólogo/a? Envie um relato para imprensa@crprs.org.br

Inovações

Diante da pandemia da Covid-19, a Psicologia precisou se reinventar. Profissionais, em seus diferentes âmbitos, tiveram que adaptar seu fazer e o atendimento on-line passou a ser uma realidade para a maioria das/os psicólogas/os. Nesse contexto, de acordo com a Comissão de Ética do CRPRS, surgiram diversas situações e dilemas éticos acerca de que posições e práticas tomar frente ao isolamento físico/social, uma vez que o mesmo está, muitas vezes, atrelado a práticas de segmentação e segregação, como aquelas historicamente produzidas pelo modelo manicomial, por exemplo. Quais situações deveriam ser atendidas prioritariamente? Quais os cuidados de biossegurança necessários? Que condições a população atendida tem para se proteger do vírus ou dos efeitos do isolamento social em sua saúde mental? Nossa atuação pode ajudar a comunidade a se proteger de forma mais eficaz ou acessar recursos que possam mitigar esses fatores? Que respostas (novos conhecimentos, invenções) as/os profissionais desenvolveram individual e coletivamente no contexto de isolamento?



e desafios da Psicologia em tempos de pandemia

A psicóloga clínica psicanalista Marina Pombo (CRP 07/20844) atendia de forma remota, antes da pandemia, apenas um paciente. Com a necessidade de ampliar esses atendimentos, foi preciso transformar parte de sua casa em um consultório. “Sempre tive cuidado para informar às/aos pacientes sobre coisas que poderiam acontecer que não tinham a ver com o ambiente do atendimento, mas que fazem parte de uma vida real. Por exemplo: tenho dois gatos que miam muito se eu fecho a porta, então eles passaram a fazer parte das sessões”, revela. Para ela, com a nova realidade, vida privada, social e profissional acabaram se misturando. “Percebo que perdemos o limite do que é momento de descanso e o que é momento de trabalho.

Estamos o tempo inteiro no WhatsApp, conectados na Internet, e isso, nos atendimentos, pesa bastante, porque saímos de uma sessão on-line para entrar em outra, tudo na frente do computador. Também tive que prestar atenção para que questões pessoais com a pandemia não se atravessassem nos atendimentos. Tirei uma semana de folga para me restabelecer como pessoa que também está vivendo a pandemia e não somente aquela profissional que está ouvindo as experiências dos outros”.

Em relação ao atendimento de crianças, Marina conta que começaram a andar com o celular pela casa, em vídeochamada, para mostrar objetos, decoração ou animais de estimação, sobre os quais falavam durante os atendimentos presenciais. “Percebi que passamos a transitar por uma vida concreta e isso não acontecia antes.

Combinei com os pais de deixar um ambiente seguro, com brinquedos. Assim, eles podiam ir me mostrando e a gente brincando, via câmera”. Já com adolescentes essa adaptação não foi tão fácil. “A adolescência é um momento que se necessita de muita privacidade e estar on-line quebra essa barreira, há sempre essa preocupação de estar sendo vigiado ou observado”.

Sem conseguir garantir os cuidados de biossegurança necessários com a pandemia, a psicóloga clínica Thaís Vieira (CRP 07/24608) acabou optando em atender somente de forma remota, mesmo tendo uma redução no número de pacientes. “Não tinha como garantir os cuidados sanitários necessários em uma sala com pouca ventilação. Nós psicólogas/os, enquanto profissionais e agentes políticos, devemos garantir esse olhar para o social, para o coletivo, que é o que a pandemia chama”. A partir dessa decisão, o principal desafio foi organizar um consultório dentro de casa. “Eu sou mãe de uma criança pequena, passo o dia com a minha filha e, quando meu marido chega, de noite, vou trabalhar. Os pacientes começaram a ficar sabendo mais sobre a minha vida pessoal, ouviam minha filha batendo na porta ou meus gatos, por exemplo”.

Esse novo formato de trabalho gerou consequências físicas para Thaís. “Ficar com o corpo parado, sentado, diante de uma tela, com fones de ouvido, durante muitas horas me deixa muito cansada no final dos atendimentos. Comecei com zumbido nos ouvidos, dor nos olhos e dor nas costas”. Apesar da sobrecarga, principalmente para as mulheres nessa pandemia, ela ressalta um lado positivo disso tudo. “Antes da Covid-19, minha vida era uma correria e bem desgastante, lembro de me sentir ansiosa, correndo contra o tempo para poder dar conta de tudo. Agora, tenho outros cansaços, mas essa ansiedade, enfrentar o trânsito, por exemplo, eu não tenho mais. De certa forma, meu tempo está mais organizado e eu fico mais com a minha filha”, analisa.

**“NÓS PSICÓLOGAS/OS, ENQUANTO
PROFISSIONAIS E AGENTES POLÍTICOS,
DEVEMOS GARANTIR ESSE OLHAR PARA O
SOCIAL, PARA O COLETIVO, QUE É O QUE A
PANDEMIA CHAMA”.**

As preocupações com questões de biossegurança também alteraram a rotina de atuação do psicólogo clínico Diego Gonçalo (CRP 07/21842), coordenador do Núcleo de Processos Clínicos e Psicossociais da Subsede Centro-Oeste do CRPRS. “Me tornei muito mais atento em relação a manter o ambiente limpo. Realizo higienizações constantes, desde a recepção, sala de atendimento e banheiros, até objetos que os pacientes supostamente tocaram”. Diego se organizou para atender presencialmente em determinados dias e remotamente em outros, seguindo a preferência dos pacientes. “Percebo muitos colegas que passaram por dificuldades na hora das adaptações, mas eu, pelo fato de ter um espaço adequado em casa, pude fazer os atendimentos on-line a partir de onde eu moro, sem interrupções e, ainda, não tive problemas com conexão de internet, tampouco com a questão de sigilo. Fazer essa mudança na forma de trabalhar foi uma experiência muito tranquila para mim”.

Diego relata, no entanto, certa ansiedade gerada por não estar frente a frente dos pacientes. “Muitos deles eu nunca encontrei no consultório porque já começaram a terapia de forma on-line. Isso me causou, no início, até mesmo dores de cabeça e no corpo. Muito dessa tensão vem de questões como: o sigilo seria resguardado? A conexão seria mantida? Se houvesse queda na Internet ou falta de energia elétrica, o que eu faria? E, ainda, a insegurança de poder não estar sendo compreendido ou não compreender”.

A necessidade de que os pacientes tenham um ambiente seguro, com privacidade, é uma preocupação para Diego. “Muitos não têm um ambiente adequado para a consulta on-line, então, precisaram adaptar-se e fazer suas sessões de terapia em outros ambientes. Às vezes, apenas por ligação telefônica, caminhando na rua ou dentro de seus carros, porque não há privacidade em suas casas”.

“PERCEBO QUE PERDEMOS O LIMITE DO QUE É MOMENTO DE DESCANSO E O QUE É MOMENTO DE TRABALHO”.





Estratégia de cuidado de profissionais da Saúde

Atuando em um espaço de escuta criado pela prefeitura de Bento Gonçalves para dar suporte em saúde mental às/aos trabalhadoras/es da Saúde que estão na ponta no combate à pandemia do novo coronavírus, a psicóloga

Francele Magnus (CRP 07/20968) conta sobre sua experiência. “No início, não sabíamos muito bem quais os cuidados de biossegurança que deveríamos tomar, nem a que exatamente a gente estava exposta/o. Havia muita insegurança a respeito de tudo que estava acontecendo.

Em um primeiro momento, fizemos busca ativa, ou seja, ligamos para as/os profissionais e oferecemos esse trabalho de escuta”. Localizada no mesmo prédio da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Francele conta que, algumas vezes, em situações de crise, as/os profissionais procuraram o serviço, que funciona com plantões.

Com o tempo, criaram outras estratégias de cuidado, como a organização do projeto “Coral da Saúde”, seguindo todas medidas de biossegurança necessárias.

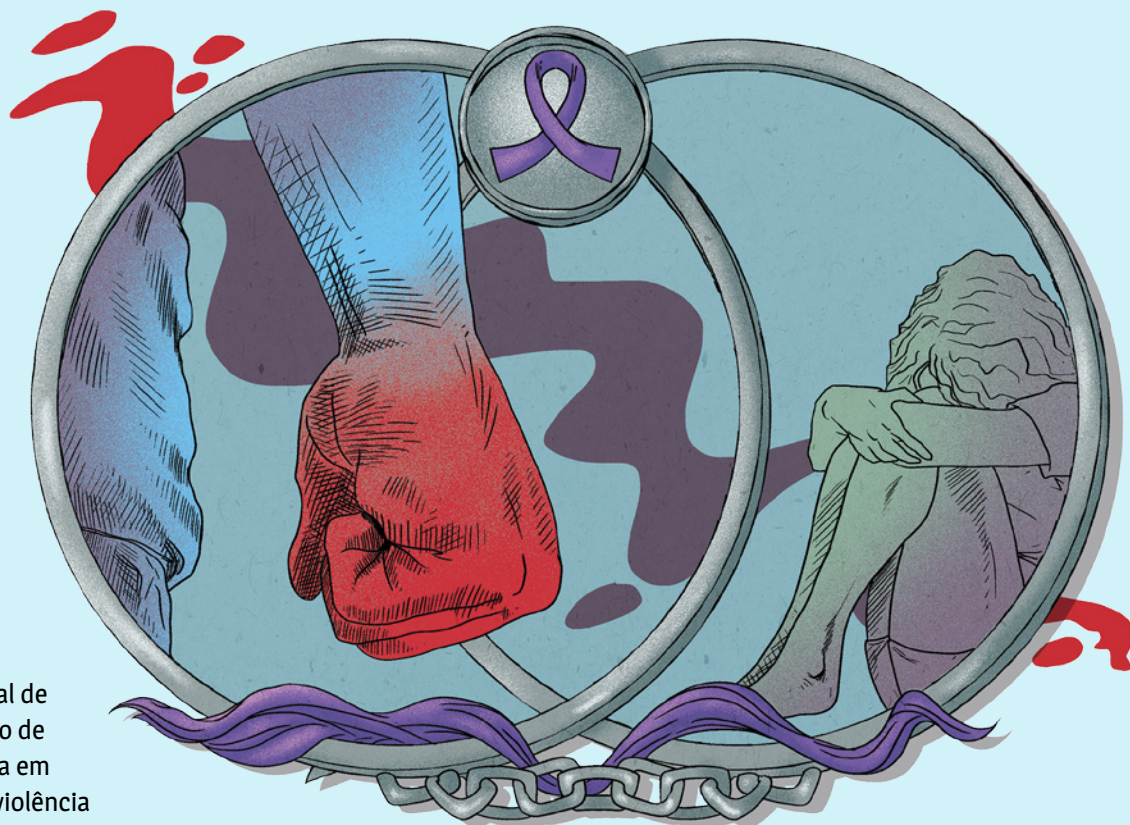
O Coral da Saúde é um encontro semanal, no pátio da UPA (espaço aberto), onde as/os trabalhadoras/es se juntam para cantar e conversar. “Como podemos conviver uns com os outros, ter uma vida desejável e produtiva, com o mínimo de alegria, de contato e troca, e, ainda assim, estar garantido de segurança? O Coral Saúde respondeu a isso. É um momento de descontração e de um contato possível neste período de isolamento”, explica. Outra iniciativa do município foi organizar reuniões virtuais denominadas “Café com escuta”,

em que profissionais dos serviços de Saúde debatem temáticas específicas. “Aproveitamos para falar outros assuntos que já eram pertinentes antes da pandemia, como saúde mental na atenção básica, autocuidado, alimentação e nutrição”, revela Francele.

A equipe desse espaço de escuta também passou a realizar buscas ativas às famílias enlutadas pela Covid-19. “Os atendimentos são feitos de maneira remota, a gente liga, se identifica e escuta, escuta a dor e, de alguma maneira, acolhe o luto dessas famílias. Recentemente começamos a fazer reuniões presenciais com grupos pequenos, em um espaço arejado e com todo cuidado, porque nem todas as famílias estão habituadas a usar meios virtuais”.

Avaliando o impacto da pandemia nas políticas públicas, Francele destaca o trabalho realizado também pelo CAPS em Bento Gonçalves. “No CAPS II, em que atuo, fizemos muitos atendimentos remotos e foi um momento que alguns limites ficaram bastante evidentes, como, por exemplo, o horário de trabalho: o que é o pessoal e o profissional? Como eu não estava todo momento no CAPS e precisava acompanhar os pacientes, eu me deparava, muitas vezes, fazendo o atendimento remoto do meu telefone pessoal e consequentemente, no fim de semana, eu também estava recebendo ligações do paciente. Acabamos nos colocando muito mais como sujeito que cuida do que um profissional que responde por uma política pública”, analisa.

Adaptações no Judiciário



Psicóloga do Tribunal de Justiça do RS, Adriana Pinto de Mello (CRP 07/03674) atua em processos relacionados à violência doméstica e conta sobre os desafios que surgiram diante da pandemia e a consequente suspensão de prazos processuais e dos atendimentos técnicos presenciais. “Tínhamos notícias do aumento significativo dos índices de violência doméstica, exigindo que as intervenções técnicas voltassem a ocorrer, mas adaptadas às limitações e às necessidades impostas pela pandemia. Precisamos buscar novas referências, repensar questões relativas à ética e à tecnologia. As discussões entre as/os psicólogas/os e outros técnicos do judiciário e o respaldo do CFP e CRP foram fundamentais para balizar alternativas de intervenção”.

Inicialmente, a atenção foi aos novos fluxos de trabalho na instituição e às questões mais concretas como as condições físicas e tecnológicas para os atendimentos virtuais. Posteriormente, foi feito um trabalho sobre a importância da realização das entrevistas na modalidade virtual, enfatizando questões relativas ao sigilo profissional e à privacidade necessária aos atendimentos. “Foi preciso, também, adaptar os documentos produzidos às condições do atendimento remoto, situando o contexto da pandemia, as circunstâncias particulares de cada entrevista e, consequentemente, referindo suas limitações e especificidades”, recorda Adriana.

Para Adriana, o desafio diário tem sido repensar a prática, revisar referenciais teóricos e reinventar uma modalidade de intervenção que contemple os princípios éticos, a qualidade de trabalho e os cuidados com a saúde e a vida, além da dificuldade em articular possibilidades de circulação e acolhimento, mesmo que virtuais, nos diversos espaços da rede. “Nos processos dos juizados da violência doméstica, as psicólogas trabalham para produzir documentos que contribuam para fundamentar as decisões judiciais e articular os encaminhamentos necessários a serviços da rede, pública ou privada. A pandemia trouxe uma série de pontos que, em muitos casos, agravaram a situação de crise, como a angústia gerada pela proximidade do adoecimento e da morte; o confinamento; o convívio mais intenso entre as pessoas numa mesma casa e os problemas financeiros decorrentes da pandemia. Para a maioria das pessoas, reduziram-se os espaços de troca, de fala, e as entrevistas psicológicas, mesmo que remotas, ganharam relevância como espaço para colocar em palavras os conflitos e vivências”.

No Judiciário, o atendimento remoto resultou em uma diminuição da formalidade. “Mesmo sendo orientadas a buscarem locais com privacidade, atendem as chamadas no tempo e espaço que dispõem, podendo ser o horário do almoço num canto da obra, o intervalo na sala do escritório ou o tempo entre uma corrida e outra no carro do motorista de aplicativo. Além disso, após as entrevistas, em diversos casos foram enviadas mensagens com documentos ou fotos tentando comprovar o que havia sido dito, pedidos de encaminhamento ou mesmo mensagens de voz com reflexões produzidas a partir da entrevista. Outra situação que se apresenta nas entrevistas virtuais são os esforços para controlar mais explicitamente o discurso, tentando guiar a entrevista por um roteiro previamente escrito, contendo a história do casal e do conflito. Houve situações nas quais o roteiro foi enviado por mensagem de texto antes ou depois da entrevista. Desta forma, o processo de atendimento estende-se para além dos limites da videochamada e cada caso exige uma reflexão”, ressalta Adriana.

Em relação à rede de atendimento, para Adriana, há fragilidades e insuficiências, mas também potencialidades que fazem a diferença no suporte às/aos usuárias/os. “A articulação com as unidades básicas de saúde possibilita um olhar e uma escuta mais próximos que, especialmente neste momento, são um importante fator de proteção. No entanto, na rede pública, é difícil encontrar espaços que acolham homens envolvidos nas situações de violência doméstica. Os CAPS AD têm sido uma das poucas possibilidades de atendimento, mas apenas quando há a problemática do uso de álcool e/ou outras drogas. As situações de violência doméstica são complexas e, muitas vezes, mesmo após decretada a medida protetiva, ou havendo a separação do casal, persistem os laços e a convivência, seja por questões relativas à conjugalidade, à convivência com os filhos ou ao patrimônio. É importante que os homens envolvidos nestes conflitos domésticos também tenham espaços de fala e de escuta, o que pode redirecionar conflitos e diminuir as repetições das agressões”.

“A ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE POSSIBILITA UM OLHAR E UMA ESCUTA MAIS PRÓXIMOS QUE, ESPECIALMENTE NESTE MOMENTO, SÃO UM IMPORTANTE FATOR DE PROTEÇÃO”.

SAIBA MAIS:

- Protocolos de Biossegurança e Guia de Orientação para profissionais de Psicologia podem ser acessados em **crprs.org.br/publicacoes**.
- Orientações às/aos psicólogas/os que atuam no Sistema Prisional podem ser conferidas na Nota Técnica sobre atuação durante a pandemia, disponível em **<https://bit.ly/3lFJyUq>**, e sobre o processo de avaliação psicológica realizada nesse contexto, em **<https://bit.ly/2UlzZOd>**.
- Todas as notas e orientações para atuação em contexto da pandemia da Covid-19, emitidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, estão disponíveis em **crprs.org.br/covid19**.

Desde o início da pandemia, o CRPRS conseguiu se manter próximo da categoria com a realização de lives temáticas e reuniões por videochamadas, ampliando as possibilidades de participação. Além disso, o Sistema Conselhos trabalhou rapidamente na produção de notas orientativas e aprimorou o e-Psi, cadastro obrigatório para o atendimento on-line. Saiba mais em crprs.org.br.

Psicologia na Educação: conquistas e retrocessos

Professora doutora no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação na Universidade de São Paulo (USP), a psicóloga Carla Biancha Angelucci é a entrevistada desta edição da EntreLinhas. Ela fala sobre a importância da aprovação da Lei nº 13.935/19, a qual garante serviços de Psicologia e Assistência Social no ensino básico da rede pública, sobre de que forma a Psicologia pode trabalhar para reconhecer especificidades relacionadas à subjetividade, os desafios da profissão no atual contexto de pandemia e a ameaça de retrocessos com o Decreto nº 10.502, o qual institui a Política Nacional de Educação Especial no país. Na USP, Carla é também vice-presidenta da Comissão de Pós-Graduação em Educação e coordenadora da linha Educação Especial - táticas de resistência à produção de um não lugar para as diferenças na escola, no Grupo de Pesquisa CNPq Políticas de Educação Especial.



Qual a importância da Lei nº 13.935/19, a qual garante serviços de Psicologia e Assistência Social no ensino básico da rede pública?

A Lei nº 13.935/19 é fruto de uma longa e densa discussão das entidades da Psicologia, tanto do sistema Conselhos como da Associação Brasileira de Psicologia Educacional (ABRAPEE) e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). A sua implementação garante à Psicologia o reconhecimento de ser uma ciência que tem a contribuir, de diferentes formas, no campo da educação.

Como as gestões estão se preparando para a implementação da Lei?

É importante destacar a relevância desse trabalho ser articulado e monitorado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), na medida em que várias redes de educação básica estão propagando, de forma equivocada, a entrada da/o psicóloga/o como aquela/e a fazer com que a criança deixe de ter supostos problemas de ensino ou de aprendizagem.

Acredito que essa crença é um equívoco muito grande porque nega o próprio espírito da Lei e as discussões que Psicologia Escolar tem tido nos últimos 30 anos, as quais procuram combater esses processos de patologização e de individualização dos problemas.

“O OBJETIVO É ENTENDER AS DIFICULDADES COMO QUESTÕES DA REDE COMO UM TODO, ACOLHENDO E ENSINANDO AS CRIANÇAS TAIS COMO ELAS SÃO”.

Qual o principal papel da Psicologia na Educação?

O trabalho da/o psicóloga/o educacional vai muito além de identificar dificuldades e supostos transtornos de aprendizagem e de atuar com os estudantes. Nós não partimos do pressuposto de que as questões da educação tenham a ver com dificuldades de indivíduos: reconhecemos a pluralidade humana e trabalhamos para desenvolver projetos políticos-pedagógicos que dêem suporte a essa pluralidade. Entramos na rede de ensino para ajudar a instituição a “ler” a comunidade que está inserida: a escola promove uma forma específica de socialização que é a partir da partilha do patrimônio humano, de maneira sistemática e intencional. O trabalho da/o psicóloga/o é conseguir estabelecer uma mediação entre os interesses institucionais e os da comunidade.

De acordo com o terceiro parágrafo do Artigo 1º da Lei nº 13.935/19, “(...) a equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino”. Trabalhamos a partir do desenvolvimento desse projeto, no sentido de colaborar com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Lembro, ainda, que não se trata de negar a participação da/o psicóloga/o junto aos estudantes, mas, sim, entender que o intuito da Psicologia Escolar não é o de avaliar patologias nos alunos. O intuito é reconhecer as especificidades relacionadas à cultura, ao sujeito e à linguagem, identificando como isso compõe o projeto político-pedagógico da escola.



Neste momento de pandemia, qual a importância da Psicologia no contexto educacional?

O principal compromisso da Psicologia Escolar é garantir a universalização do direito à educação e é com isso que nós, psicólogos/os, precisamos nos concentrar neste contexto de pandemia. É necessário que a/o profissional de Psicologia reconheça quem está ou não tendo acesso aos conteúdos didáticos, participe dos processos de busca ativa das/os estudantes, conheça a realidade das/os alunas/os e promova soluções que sejam de âmbito comunitário, como, por exemplo, quando uma/um psicóloga/o propõe-se em ir atrás das/os alunas/os que não estão respondendo às propostas feitas de educação remota pela escola e faz um mapeamento de quais são as barreiras enfrentadas por suas famílias. Isso faz com que o trabalho da Psicologia necessite de uma articulação com a Assistência Social porque muitas dessas realidades se referem à desigualdade socioeconômica.

Saber identificar esses problemas educacionais, durante a pandemia, como a falta de acesso à internet, a inexistência de equipamentos e de um letramento digital por parte das famílias, faz com que a/o psicóloga/o consiga, também, construir estratégias conjuntas de aproximação comunitária para que elas possam ser enfrentadas, desde que haja um diálogo interseccional.

Nesse contexto de pandemia, podemos contribuir, ainda, propondo práticas de acolhimento às famílias e às/aos estudantes, produzindo espaços de conversa, em formato de redes de apoio, diante de um cenário de perdas muito grandes e em várias dimensões.

Em 30 de setembro, foi publicado o Decreto nº 10.502 que institui a Política Nacional de Educação Especial no país. Quais os riscos dessa proposta?

O Decreto nº 10.502 tem muitas inconstitucionalidades, o que explica o grande número de Projetos de Decretos Legislativo (PDL) que estão, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado, solicitando a sua sustação. Além de haver, ainda, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no sentido da revogação desse decreto. A proposta retoma o Modelo Biomédico da deficiência, entendendo-a como um problema do indivíduo que deve ser avaliado e tratado com uma perspectiva contrária à do Modelo Social que compreende os corpos, as funcionalidades e as subjetividades cognitivas como características plurais.

Como conceito, o modelo biomédico não considera fatores psicológicos e sociais, inclui apenas fatores biológicos. Contudo, para mim, o que produz a deficiência é a interposição de barreiras à existência digna de pessoas que vivem em impedimentos físicos, sensoriais, mentais e intelectuais. A retomada da compreensão biomédica da deficiência, utilizada na metade do séc. XX, representa muitas perdas, inclusive para a pessoa deficiente que, novamente, é posta no lugar de quem nasceu errado e precisa ser “consertado”.

Outro risco é para a possibilidade de segregação das pessoas com deficiência, a partir de uma avaliação na escola, prevista no Decreto, que informa se a criança está ou não se adequando àquele ambiente e, também, beneficiando-se. Juntando a compreensão equivocada da Lei nº 13.935/19; sobre a entrada da/o psicóloga/o na educação, em que algumas redes ainda acreditam que o papel da Psicologia Escolar é, justamente, fazer essa avaliação da criança; com o Decreto nº 10.502 que fala, explicitamente, dessa avaliação para checar se a/o aluna/o com deficiência está apta/o para determinada instituição, a gente tem um terreno muito perigoso para a Psicologia.

A avaliação seria feita por psicólogas/os e a elas/es caberia dizer se determinada criança com deficiência deve ou não estar na escola regular. Para a Psicologia, isso significa uma perda da sua identidade e função social, além de ser uma perda muito grande para a população em geral, onde os processos inclusivos dizem respeito ao enriquecimento das experiências de convivência entre todas as pessoas, sejam elas com deficiência ou não.

Na sua opinião, educação pode ser o primeiro passo para a construção de uma sociedade inclusiva e anticapacitista? De que forma a Psicologia pode contribuir nisso?

Eu não entendo que a educação seja o primeiro passo, mas acho que os processos sociais são concomitantes e nós precisamos trabalhar em várias dimensões ao mesmo tempo. A educação não tem uma função mais ou menos importante de outras políticas e dos outros direitos. Entendo que a Educação tem que fazer parte de um projeto societário que é inclusivo e anticapacitista, necessitando se articular a outros direitos, assim como a política de Educação tem que se articular a outras políticas também.

A/O psicóloga/o, onde quer que esteja, precisa ter esse imperativo ético de que não trabalhamos para excluir e nem classificamos para agregar. O que fazemos é reconhecer as formas de expressão da pluralidade humana e encontrar estratégias, recursos e apoios para que essas pessoas com deficiência tenham lugar no mundo.



Psicologia e Direitos Humanos no Brasil de hoje

Urgência. Essa parece ser a palavra que melhor cabe quando o assunto é direitos humanos no Brasil de hoje. É flagrante como as violações e os retrocessos estão cada vez mais presentes nos campos de atuação de psicólogas e psicólogos em um dos piores momentos relativos a essa temática em nosso país. Se por um lado é mais frequente e notório para quem trabalha em serviços das políticas públicas – as quais vêm sofrendo tantos revezes diários que ficou impossível listar aqui –, é inegável que o impacto dessas violações afeta também o trabalho nas mais variadas instituições, organizações, na clínica e em outras áreas. É fundamental, portanto, problematizar esses efeitos na produção de subjetividade e interrogar a própria Psicologia em relação aos nossos saberes e práticas cotidianas –

entendendo a subjetividade como um processo que não está dissociado de fatores sociais, históricos e políticos.

O mandato social que foi construído ao longo do século para a Psicologia é o de atender a demandas adaptacionistas e normalizadoras, colocando-se quase sempre como “neutra” e, no lugar de “especialista da subjetividade”, a serviço de correções de supostos desvios, curas de patologias, resolução de conflitos, apoio técnico para processos punitivos, apaziguamento de forças revoltosas e assim por diante. Cheias de boas intenções e em nome de “melhorias” para a sociedade, muitas práticas psi reproduzem esse mandato, crendo estar contribuindo para os “direitos humanos”.

Importa notar, porém, que essas práticas psicológicas estão atravessadas por concepções (de subjetividade, de saúde, de sociedade, de justiça, de política, de saber “verdadeiro”...) que tendem a traçar uma equivalência entre sujeito e indivíduo, tomando o “homem” como ser essencializado, histórico, separado da dimensão coletiva do social – compreendida aí como âmbito de misturas perigosas, imprevisibilidades, desordem.

O mesmo acontece com uma noção sedentária e hegemônica de direitos humanos. Ao lançarmos uma mirada crítica, percebemos que eles estão calcados nos ideais da Revolução Francesa, e em realidade têm sido reservados para as populações mais privilegiadas desde sua criação. Tomados em sua perspectiva histórica, tanto o humano quanto os direitos são construções das práticas sociais em determinados momentos.

E se nos apropriássemos dos direitos humanos e da Psicologia de outras maneiras? Os direitos humanos não correspondem, necessariamente, às meras letras de uma bela declaração universal burguesa, branca, estática, conjunto de mandamentos a serem cumpridos; são, isso sim, mais uma força em jogo. O seu uso e seus sentidos podem ser esgarçados, assim como os da própria Psicologia. Além de ferramentas estratégicas no campo da institucionalidade e na disputa da dimensão simbólica da sociedade, podem ser entendidos como inacabados, sempre em vias de feitura, pois precisam ser cumpridos, atualizados e criados em coerência com nossa realidade. Se suas origens e sua captura na lógica bionecropolítica nas últimas décadas são passíveis de crítica, nos tempos em que vivemos reganharam um caráter de resistência e desafio inadiável. A pauta dos direitos humanos, que já embasa nosso código de ética profissional, tornou-se agora uma tarefa básica, ampliada, e de todas e todos nós.

Vive-se um momento de novo fôlego das resistências locais, minoritárias e transversais a qualquer direito humano, como o feminismo, o antirracismo, os movimentos LGBTQI+ e os movimentos indígenas. Nas universidades públicas, experimentam-se efeitos das cotas étnico-raciais e sociais e das ocupações de 2016, que demandam descolonizar, hibridizar, enegrecer, feminilizar o pensamento e o fazer. Há uma convocação desejável, portanto, para estranhar e rejuvenescer o mandato social da Psicologia. Além de formar, é imprescindível sensibilizar e instrumentalizar profissionais atentos e dispostos ao enfrentamento de desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, sexualidade e de práticas excludentes e violadoras.

A composição entre a nossa categoria e o campo dos direitos humanos se faz improrrogável, proporcionando o fortalecimento e a criação de outros pensares e fazeres aqui e agora. Quando trazidos ao rés do chão, os direitos humanos adquirem uma qualidade de ética, e não de moral, de modo a atravessar nossas práticas como princípio constante, e não mais mero fim a se chegar. Que a Psicologia consolide nos direitos humanos uma perspectiva metodológica, conceitual e política de afirmação da vida: é urgente.

ALICE DE MARCHI PEREIRA DE SOUZA

Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e co-coordenadora da URDIR (Universidade, Resistência e Direitos Humanos) - Núcleo Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão/UERJ. É autora do livro *Modulações Militantes por uma Vida Não Fascista*.

Racismo, Antirracismo e a Pandemia da Covid-19

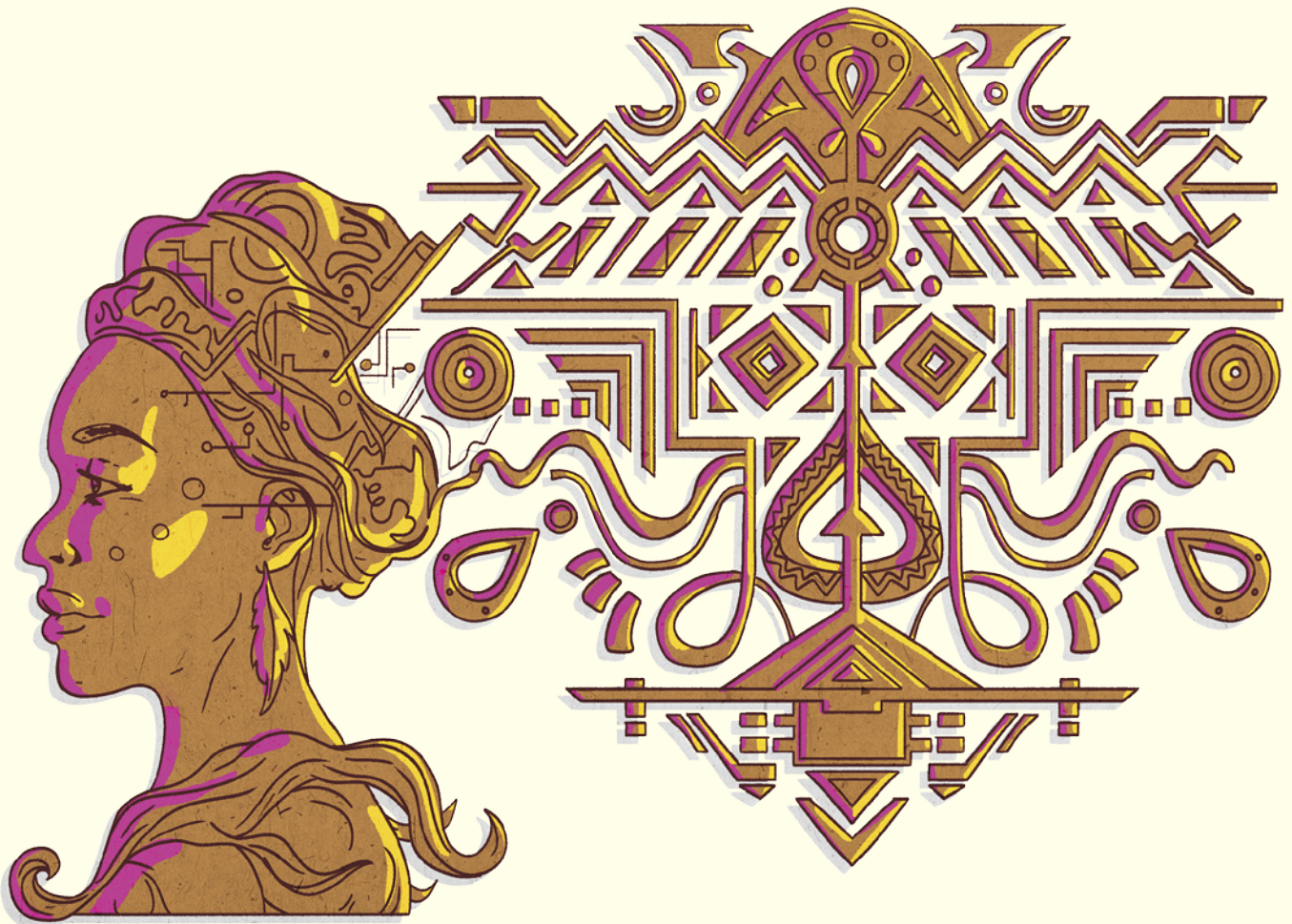
Está em desenvolvimento a pesquisa “Necropolítica e População Negra: problematizações sobre racismo e antirracismo e seus desdobramentos em tempos de pandemia e pós-pandemia da Covid-19”. A iniciativa, coordenada pela professora doutora Miriam Cristiane Alves, tem o objetivo de compreender e problematizar os efeitos do racismo e da luta antirracismo na vida de homens e mulheres negros antes, durante e pós-pandemia da Covid-19. O projeto está inserido na grande área das Ciências Humanas, com interfaces no campo da saúde, e compõe as atividades do “Núcleo de Estudos e Pesquisas É’LÉÉKO: Agenciamentos Epistêmicos Antirracistas e Descoloniais”, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em tempos de pandemia da Covid-19, a possibilidade de destruição material de corpos negros é exacerbada se considerarmos a histórica situação de vulnerabilização social e racial a qual a população negra está submetida há mais de 500 anos. As discussões teórico-metodológicas partem de produções de conhecimentos contra-hegemônicos, cuja perspectiva epistemológica de Ciência é tomada como uma forma de produzir questionamentos, reflexões e intervenções com sujeitos, grupos e comunidades numa relação sujeito-sujeito. A escolha dos métodos e técnicas de pesquisa partiu da necessidade de potencializar a relação dialógica entre pesquisadoras/es e participantes (pessoas adultas, maiores de 18 anos, autodeclaradas pretas e pardas, que se dispuserem a contribuir com as discussões propostas pelo projeto).

A pesquisa tem o propósito de se desdobrar em outros subprojetos que são desenvolvidos em parceria: com profissionais de outros cursos da universidade e de outras instituições e/ou centros de pesquisa; com estudantes de graduação e pós-graduação da UFPeL e da UFRGS. Esses subprojetos serão articulados com o projeto maior do ponto de vista teórico e metodológico. Busca produzir problematizações, reflexões e produções teórico-práticas tendo como centralidade a insurgência de epistemologia e metodologias negras no campo das ciências humanas e da saúde, e a necessidade de propor, estabelecer e difundir o que poderíamos chamar de uma ciência negra a se enunciar, desde seu lugar negro, com todas as decorrências desta escolha política.

Estão sendo utilizadas diferentes perspectivas teóricas e políticas em torno de um eixo: o antirracismo, cujos deslocamentos, desdobramentos e agenciamentos epistêmicos irão subsidiar a compreensão sobre o fenômeno estudado. A construção teórica do estudo tem a potência de estimular reflexões sobre usos e interpretações de matrizes do pensamento negro e produzir, quiçá, o que aqui chamamos de uma ciência negra desde o lugar ético, estático, ontológico e epistemológico negro.

Como pressuposto, há a ideia de que o lugar importa, considerando as contribuições do pensamento de Édouard Glissant, Hill Collins, Bell Hooks, Lélia Gonzalez e Silvia Cusicanqui. Ou seja, o lugar desde o qual se produz e difunde conhecimento, o lugar desde o qual se compreende e se enuncia o mundo, assim como o lugar desde o qual se escuta e se apre(e)nde os diferentes lugares deste mesmo mundo.



Considerando o jogo de poder estabelecido pela ideia de raça, pelo racismo e pela pandemia da Covid-19, as/os pesquisadoras/es se questionam sobre o modo como o estado exerce o controle sobre a mortalidade dos corpos negros, tomando-os como descartáveis, a partir da ideia do Outro, do Não-Humano, do Não-Ser. Ao mesmo tempo em que é construída a narrativa do Outro descartável, também é construída a narrativa da existência do corpo negro que se constitui como um atentado, uma ameaça ao corpo branco, à branquitude, à supremacia branca e que, portanto, necessita ser eliminado.

Outros questionamentos emergiram na construção do projeto da pesquisa: Como homens e mulheres negras têm se sentido desde que a pandemia começou? Conseguiram fazer o isolamento social ou foi necessário manter o trabalho? Quais as principais transformações em suas vidas desde o início da pandemia? Quais as implicações do racismo e da luta antirracismo antes, durante e pós-pandemia? Essas são apenas algumas das perguntas que emergem nesse projeto e com o intuito de escutar, visibilizar e conectar vozes negras.

➔ Para saber mais sobre o projeto, acesse
<https://www.facebook.com/grupoeleeko/posts/785937225275682>.

Filme

O filme não estava aqui



Não teríamos como iniciar essa resenha sem contar da dificuldade que foi conseguirmos acessar o filme. Limitados pelo excessivo cardápio que a internet oferece, do qual a era digital exalta e se orgulha, tivemos de trabalhar arduamente para encontrá-lo nos labirintos das plataformas virtuais. Brincamos que a experiência parodiava a versão do título em português: *Você não estava aqui*. Fomos descobrindo que parodiava muito além do que o título.

O filme, lançado no Brasil às vésperas da pandemia, dirigido pelo britânico Ken Loach (de “Eu, Daniel Blake”), é uma tradução ansiogênica do que muitos estão nominando “uberização da vida”: a face perversa das relações de trabalho ditadas pelo neoliberalismo global contemporâneo. A história de uma família nuclear que, desde que foi afetada pela primeira crise do neoliberalismo voluntariamente provocada contra si mesmo - a hipotecária de 2008 - foi impelida a se entregar à aventura do trabalhador autônomo, livre para usufruir de seus ônus e bônus. Autonomia, porém, que se traduz na crueza da informalidade e do esgotamento perante a necessidade de sobrevivência em um capitalismo cada vez mais predatório.

A família, então, materializa um sonho da personagem Abby Turner, na medida em que o trabalho lhes consome, são engolidos aos poucos pela areia movediça das dívidas cobradas pela sua “livre escolha”.

A narrativa conduz ao limite da contradição entre liberdade e carência de possibilidades no contexto da precarização das relações de trabalho, sugerindo como síntese deste processo um estado de aprisionamento que tem como material de suas grades o endividamento e a diminuição da seguridade social. O sofrimento psíquico

passa a protagonizar os conflitos decorrentes das jornadas extenuantes, humilhações e falta de perspectivas. A filha Liza e o filho Seb tornam-se porta-vozes do definhamento dos pais. É possível que uma leitura apressada conclua que a ausência paterna ocasionada pelo excesso de trabalho produza as reações observadas nos filhos, porém, o que se denota é que, mais do que a ausência, a própria presença de um corpo já oco e quebrado pela exploração do trabalho é que produz os processos de adoecimento.

Um filme forte e sensível sobre o nosso tempo e os modos de subjetivação contemporâneos. Um roteiro impecável que te conquista desde o início e que, ao final, propõe a nós a invenção de uma esperança ativa: nós que, sim, estávamos ali.

Pablo Potrich Corazza – conselheiro Presidente da Comissão de Políticas Públicas do CRPRS.

Rodrigo Isoppo – assessor técnico de políticas públicas do CREPOP

Filme

A arte de amar

A arte de Amar, de Maria Sadowska, é uma biografia da polonesa Michalina Wislocka, uma médica ginecologista e sexóloga, autora do livro homônimo. O filme versa sobre o modo de vida fora dos padrões de Michalina e sua dedicação em lutar pelo reconhecimento do corpo e do prazer das mulheres. Mais do que isso, a importância da realização sexual. A personagem nos convoca e nos contagia com sua militância por uma revolução sexual nos anos 1970 na Polônia comunista, onde tenta de todas as formas publicar seu livro no qual ensina sobre o corpo feminino e os prazeres sexuais - falando sobre clitoris, masturbação e orgasmo, além de sugerir posições sexuais defendendo que o amor é o sexo feito com a parceira/o que se tem desejo. A narrativa traz o percurso de Michalina quando jovem até o momento que decide escrever seu livro. Vivenciou um triângulo amoroso com sua amiga de infância e seu marido Stach. Sofre várias censuras



por ser mulher numa sociedade patriarcal e por suas visões sobre sexo e amor. Vale a pena conhecer a história dessa mulher incrível e à frente de seu tempo.

Vinicius Pasqualin – conselheiro do CRPRS

Literatura

Calibã e a bruxa

Durante o primeiro semestre de 2020 os feminicídios aumentaram 1,9% no Brasil e, em 2019, 66,6% das vítimas de feminicídio foram negras. Além disso, em 2020 foram publicadas duas Portarias que vinculam aborto e policiamento. Diante desses fatos, merece destaque a análise peculiar que Silvia Federici realiza em “Calibã e a bruxa” sobre feminicídio e capitalismo. Ela sustenta que a misoginia (como o racismo) é estrutural no sistema capitalista; ao garantir a sua instauração, assumiu modalidades que persistem, naturalizadas, integrando esse sistema. Silvia salienta que, nesse



processo, o corpo feminino foi submetido como parte da natureza colonizada e como máquina reprodutora da força do trabalho (um aspecto da acumulação primitiva que coloca a mulher numa sujeição não remunerada). Essa submissão foi imposta mediante estratégias extremamente violentas, como a caça às bruxas, a legalização do estupro e o controle da saúde feminina e da reprodução. As mulheres incriminadas como bruxas foram selecionadas entre não casadas (ou não desejadas), velhas, pobres, praticantes do controle da natalidade e participantes de levantamentos contra o novo sistema. A leitura deste livro brinda narrativas de resistência feminina em meio a contextos extremamente adversos, e pode nos ajudar a reconhecer em nossos tempos alguns ataques sistemáticos.

Maynar Vorga – conselheira do CRPRS

CRPRS lança protocolo de biossegurança

específico para avaliação psicológica

Material, desenvolvido pela Comissão de Avaliação Psicológica e Grupo de Trabalho de Biossegurança Covid-19, será enviado a todas/os psicólogas/os pelos Correios e destaca cuidados técnicos e éticos antes, durante e após a pandemia.

A área de avaliação psicológica, sem dúvidas, é uma das práticas mais afetadas pelo modelo de distanciamento social, necessário para o combate à disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

As mudanças no formato do trabalho, a tomada de cuidados e o foco na prevenção são vetores fundamentais para garantir uma atuação segura para as/os psicólogas/os, mas devem também garantir a segurança e o conforto das pessoas que buscam os serviços.

Assim, a Comissão de Avaliação Psicológica e Grupo de Trabalho de Biossegurança Covid-19 do CRPRS desenvolveram um protocolo que reforça orientações já publicadas no Protocolo Geral, lançado em agosto, e propõe novas orientações para que as/os profissionais possam estabelecer uma linha de cuidado antes, durante e após o processo de avaliação psicológica, combinando às orientações éticas técnicas aos cuidados com a biossegurança.

O objetivo principal deste documento é sinalizar questões e dúvidas mais comuns que têm chegado ao CRPRS, inserindo nas práticas o cuidado e a prevenção em saúde.

Sabemos que a tecnologia está modificando, substancialmente, as formas existentes de trabalho e transformando completamente a relação das pessoas com suas profissões. A Psicologia, enquanto profissão, se desenvolve e acompanha toda essa transformação digital, mas não deve prescindir das diretrizes éticas e técnicas que norteiam a prática profissional, dos cuidados com a adequada escolha de procedimentos e na busca por novas tecnologias. Todos esses procedimentos deverão vir sempre acompanhadas da atualização técnica e da autorização, por parte das instâncias reguladoras, de modificações e adequações de testes e instrumentos a serem utilizados nas mais diferentes situações, seja no modo presencial, remoto ou híbrido.

A área da avaliação psicológica pode se beneficiar das novas tecnologias, pois sendo uma área tradicional e sempre requerida, nos mais diversos contextos, adequar-se aos novos tempos é uma situação posta, mas que deverá acompanhar toda a atualização necessária, garantindo a qualidade técnica requerida para uma avaliação psicológica.

A/o psicóloga/o precisa conhecer os limites dos testes psicológicos que podem ser utilizados de forma on-line/remota, verificando no SATEPSI sua possibilidade, validade e forma de aplicação. Deve, ainda, considerar qual a abordagem é mais adequada, dada as circunstâncias nas quais a avaliação está sendo conduzida: tipo de demanda, características/preferências da pessoa a ser avaliada e experiência da/o profissional no manejo de tecnologias da informação.

Em uma avaliação remota, a/o profissional deve manter os padrões éticos e técnicos de atendimento iguais aos da modalidade presencial de avaliação psicológica. As pessoas a serem avaliadas devem

ser informadas sobre todo o processo de avaliação, suas possíveis limitações nesta modalidade, desde o princípio, bem como assegurar suas condições para participar do processo de avaliação psicológica quando feito de forma remota.

Ainda, conforme a Resolução do CFP nº 11/2018, a qual regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), refere que é imprescindível o cadastro no E-Psi para consultas e atendimentos psicológicos de diferentes tipos, incluindo a utilização de instrumentos psicológicos. Será falta disciplinar não estar cadastrado e oferecer o serviço on-line.



O protocolo destaca algumas orientações às/aos psicólogas/os:

- O envio de materiais de estímulo (fotos do estímulo, cópias de estímulos para tarefas psicomotoras ou formulários de registro, por exemplo) não é uma solução viável, a menos que o instrumento tenha sido desenvolvido desta maneira e seja aprovado pelo editor do teste, ou seja, deve constar no manual a sua forma de aplicação e com aprovação no SATEPSI.
- É necessário o monitoramento audiovisual remoto da administração do teste, mesmo com instrumentos autoadministrados. O não atendimento desse cuidado aumenta o risco de violações da segurança do teste psicológico ou seu uso por terceiros, sendo essencial saber que a pessoa em avaliação é realmente aquela que está realizando o teste.
- Não é possível a plastificação de testes ou adaptações – mesmo que voltadas à biossegurança para serem usados durante a pandemia – que não sejam indicadas pela editora/autor.
- A/O psicóloga/o é responsável por todo o processo avaliativo, devendo verificar sempre, seja presencial, remota ou de forma híbrida, o processo avaliativo, com suas variáveis envolvidas, como as condições da pessoa em avaliação, examinando a possibilidade em realizar a avaliação naquele momento e nas condições apresentadas. É recomendado que a/o profissional suspenda ou remarque o procedimento ao invés de realizá-lo de forma incompleta, inadequada ou de maneira imperita.

Acesse o Protocolo “Avaliação psicológica e uso de testes psicológicos: cuidados técnicos e éticos antes, durante e após a pandemia” em crprs.org.br/publicacoes.

ÁREA TÉCNICA DO CRPRS

Coordenação Técnica: Lucio Fernando Garcia

Psicólogas Fiscais: Adriana Dal Orsoletta Gastal,

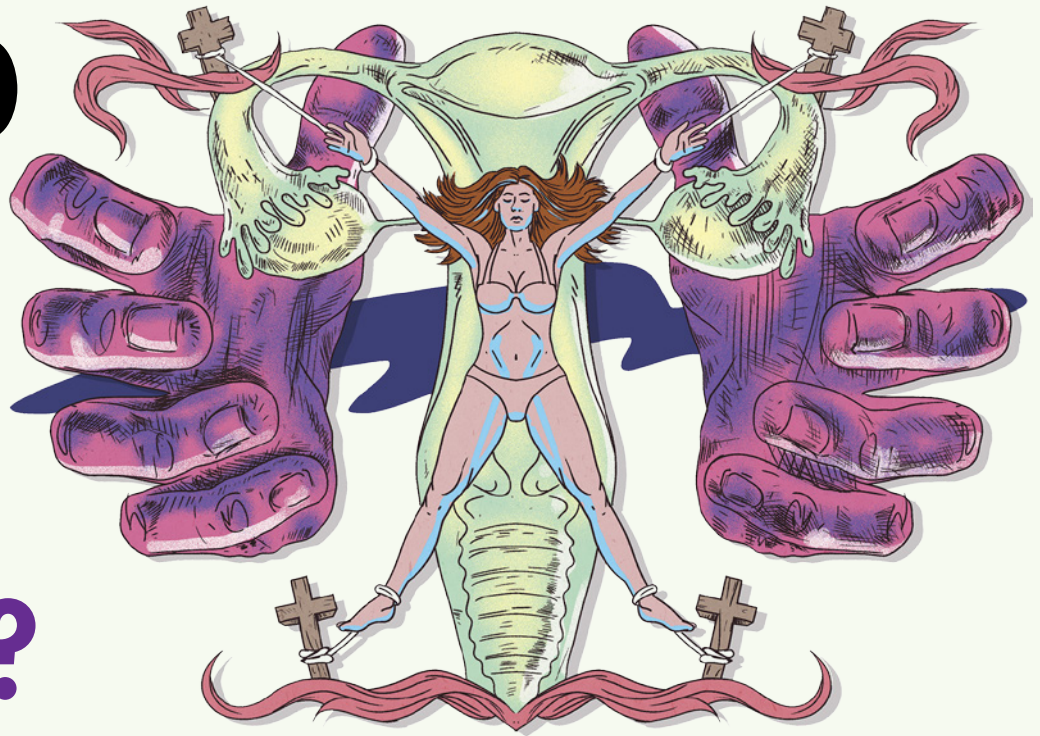
Flávia Cardozo de Mattos, Geovana Ferreira e

Letícia Giannechini

orientec@crprs.org.br

3 a cada **10**
mulheres já
fizeram aborto
no Brasil.

O que essa
frase te faz
pensar?



O aborto e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são pautas do movimento feminista há décadas. Em 1994, foram reconhecidos como direitos humanos pelos países signatários da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU (como o Brasil) firmando o compromisso de tratar o aborto como questão de saúde pública e de revisar leis que o criminalizam. No Brasil, o aborto é permitido quando há risco de morte materna, anencefalia ou violência sexual. No Rio Grande do Sul, o número de hospitais que o realizam (7) contrasta com os dados de estupro no Brasil: 1 a cada 8 minutos. 85% das vítimas são mulheres e meninas; poucas conseguem abortar de forma legal e segura. A desigualdade de gênero está na raiz desta violência.

Enquanto o debate pela descriminalização avança mundialmente, o direito à liberdade reprodutiva está sob ataque no Brasil, por investidas governamentais que dificultam o acesso ao aborto legal e reforçam a criminalização irrestrita. Vemos isto na assinatura do “Consenso de Genebra” (uma declaração contra o aborto e em defesa da família tradicional), nas portarias 2282/2020 e 2561/2020 do Ministério

da Saúde (que cerceiam psicólogos/os e demais profissionais dos serviços de aborto legal ao obrigar a quebra de sigilo e o registro policial para realizar a interrupção de uma gravidez decorrente de estupro, ferindo o exercício profissional regido por nosso Código de Ética) e também no Decreto 10531/2020 (que direciona o funcionamento do Estado e orienta que as legislações devem ‘promover o direito à vida desde a concepção’), comprovando que a pauta “moral” é parte essencial do projeto político em curso. Lembremo-nos que recentemente uma criança, ao tentar exercer seu direito após estupro, foi exposta a um debate que ilustrou a deslegitimação da laicidade do Estado e dos direitos humanos das mulheres por discursos morais e de ódio.

As mulheres que abortam são de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões. Porém, os marcadores sociais escancaram: a mortalidade é maior entre mulheres negras e indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Então, a que(m) serve a criminalização do aborto?

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CRPRS

Atuação das/os psicólogas/os na RAPS



No final do ano de 2019 e no início de 2020, realizamos o Ciclo de Pesquisa sobre a atuação da/o psicóloga/o na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que contou com a participação de 31 trabalhadoras/es de 11 municípios do RS. Os diálogos da pesquisa versaram sobre a luta antimanicomial e os desafios encontrados na implementação da rede, além da importância da Psicologia se colocar em um constante exercício de análise e tensionamento dos serviços frente ao cumprimento dos princípios que os originaram.

Os relatórios desta pesquisa servirão de subsídio para o documento nacional de referências técnicas e, regionalmente, para o desenvolvimento de ações que permitam construir formas de enfrentamento às problemáticas descritas. Uma dessas ações foi o encontro realizado no dia 01 de outubro com trabalhadoras/es da RAPS. O objetivo foi analisar as estratégias de trabalho, considerando a atenção ao princípio da integralidade do cuidado dos usuários de saúde mental a partir do território durante a pandemia e a necessidade de distanciamento social.

Ao longo da discussão destacaram-se as estratégias construídas para atenção aos usuários, abrangendo o monitoramento dos usuários à distância, mesmo frente às desigualdades de acesso aos meios de comunicação; a oferta de orientação sobre formas de prevenção que possibilitassem o aumento das interações fora de casa; aumento das incursões das equipes de saúde nos territórios; a aproximação dos serviços da RAPS com os da Assistência Social, que tem maior inserção nos bairros, e aumento do suporte e do autocuidado entre as próprias equipes.

A roda de conversa nos permitiu identificar a importância de o território não ser entendido apenas como espaço físico e foco de contágio, mas considerado como território existencial, dispositivo de encontro com práticas solidárias e de apoio coletivo em tempos de pandemia. O desafio às profissionais é o de encontrar metodologias possíveis e seguras de acesso aos territórios vivos, para que essa interação componha as estratégias integrais de cuidado.

Conheça mais sobre esse e outros projetos regionais do CREPOP/RS através do site <http://crprs.org.br/crepop> ou entrando em contato pelo email crepop@crprs.org.br.

Programe-se

Cuidado em Saúde: Desenvolvendo Competências Relacionais para o Atendimento de Usuários de Álcool e outras Drogas

Disponível até fevereiro de 2021  Curso online
lumina.ufrgs.br/course
erikapizzolo@gmail.com
(32) 99952-0967

Atualização em Avaliação Psicológica para Porte de Arma (Remoto)

Início em 09/01/2021  Curso online
www.nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br
(51) 99964-4919

Especialização em Neuropsicologia - Avaliação e Reabilitação

16/01/2021  Porto Alegre
www.nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br
(51) 99964-4919

Curso Online: Intervenções na sexualidade do casal

De 25 a 29/01/2021  Curso online
cefipoa.com.br/br/curso-online-intervencoes-na-sexualidade-do-casal
ensino@cefipoa.com.br
(51) 99420-7008

Especialização em Avaliação Psicológica

26/01/21 a 22/03/2022  Porto Alegre
nucleomedicopsicologico.com.br
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br
(51) 99964-4919

Especialização de Gestão em Psicologia Escolar - online e presencial

Início em Fevereiro de 2021  Porto Alegre
cape@capepsi.com.br
www.capepsi.com.br
(51) 3516-5681

Curso de Especialização: terapias comportamentais contextuais baseadas em processos

Até 08/2022  Porto Alegre
cefipoa.com.br/br/curso-de-especializacao-terapias-comportamentais-contextuais-baseadas-em-processos
ensino@cefipoa.com.br
(51) 99420-7008

Curso de Especialização online: intervenções em situações de luto

Até 08/2022  Curso online
cefipoa.com.br/br/curso-de-especializacao-online-intervencoes-em-situacoes-de-luto
ensino@cefipoa.com.br
(51) 99420-7008

Psicoterapia integrativa para infância e adolescência: sistêmica, cognitivo-comportamental e contextual

Até 08/2022  Porto Alegre
cefipoa.com.br/br/psicoterapia-integrativa-para-infancia-e-adolescencia-sistemica-cognitivo-comportamental-e-contextual
ensino@cefipoa.com.br
(51) 99420-7008

Curso de especialização em terapia sistêmica individual, conjugal e familiar - turma 88

Até 08/2022  Porto Alegre
cefipoa.com.br/br/curso-de-especializacao-em-terapia-sistemica-individual-conjugal-e-familiar-turma-88
ensino@cefipoa.com.br
(51) 99420-7008

VOCÊ SABIA QUE...

Em 2020, o CRPRS constituiu o Grupo de Trabalho (GT) Biossegurança Covid-19. Para monitorar uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por psicólogos/os, o GT lançou consulta à categoria e realizou a distribuição de máscaras.

PERÍODO DE COLETA DE DADOS SOBRE USO DE EPIS >> 08/05 A 03/11/2020

Número de respostas ao formulário **2.316**

Número de máscaras enviadas **6.298**

Número de psicólogos/os que receberam **2.094**

Número de municípios onde atuam as/os psicólogos/os **309**

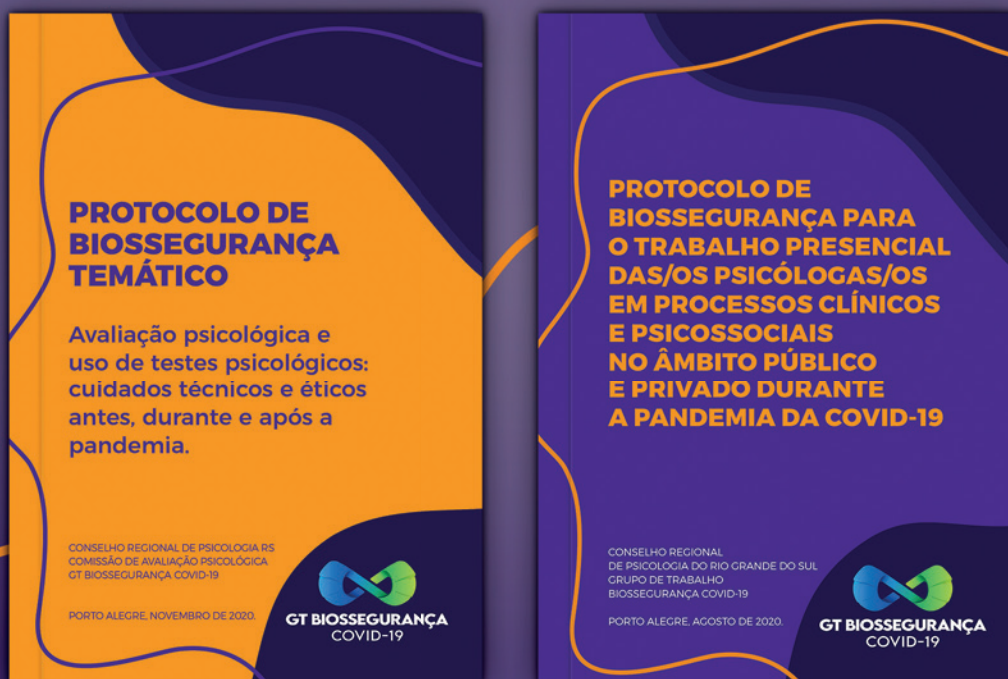
>> EPIs seguem sendo enviados e reenviados para os que preencheram dentro do período acima.

>> Continuamos aceitando os termos de recebimento digitalizados para gtbiosseguranca@crprs.org.br

GT BIOSSEGURANÇA COVID-19

Informação também é segurança.

O CRPRS disponibiliza orientações sobre questões e dúvidas para que as/os trabalhadoras/es da Psicologia possam estabelecer uma linha de cuidado e prevenção em saúde, durante e após a pandemia. **Confira publicações importantes como:**



Acesse: crprs.org.br/publicacoes

Importante: as publicações serão enviadas no primeiro trimestre de 2021 a todas/os psicólogas/os ativas/os.



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
☐ MUDOU-SE	☐ NÃO PROCURADO	____/____/____ RESPONSÁVEL
☐ DESCONHECIDO	☐ END. INSUFICIENTE	
☐ RECUSADO	☐ CEP	
☐ FALECIDO	☐ NÃO EXISTE O N° INDICADO	
☐ AUSENTE	☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970